



COMISSÃO PARLAMENTAR DE SAÚDE

ACTA NÚMERO 50/XI/ 2.ª SL

Aos 06 dias do mês de Outubro de 2010, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

10:00

1. *Informações;*

2. *Votação do Requerimento do PSD, em que é solicitada a audição do Presidente da ERS, Prof. Dr. Jorge Simões;*

3. *Discussão e votação do Parecer relativo aos PJI nºs. 413/XI/2ª. (PS), sobre o "Direito dos doentes à informação e ao consentimento informado" e 414/XI/2ª.(BE) que "Regula o Direito dos Cidadãos a decidirem sobre a prestação futura de cuidados de saúde, em caso de incapacidade de exprimirem a sua vontade, e cria o Registo Nacional de Testamento Vital (RENTEV)", Relatora - Deputada Teresa Fernandes;*

4. *Discussão e votação do Parecer relativo ao PJI nº. 344/XI/1ª. (CDS/PP) sobre o "Regime de Participações do Neocate LCP ", Relatora: Deputada Helena Rebelo;*

5. *Outros Assuntos.*

11:00 *Audiência com a ANF - Associação Nacional de Farmácias.*

12:00 *Audição da União das Misericórdias Portuguesas (req. CDS/PP).*

O Presidente iniciou a reunião salientando ter recebido informação, do Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares, sobre a disponibilidade da Ministra da Saúde para reunir com a Comissão de Saúde no dia 13 de Outubro, às 10 horas.

Foi adiada a votação do Requerimento do PSD, que solicita a audição do Presidente da ERS, Prof. Dr. Jorge Simões, por não estarem reunidas as mesmas condições aquando da sua votação anterior, faltando agora a presença de um grupo parlamentar.

Seguiu-se a apresentação do Parecer relativo aos PJI nºs. 413/XI/2ª. (PS), sobre o "Direito dos doentes à informação e ao consentimento informado" e 414/XI/2ª. (BE), que "Regula o Direito dos Cidadãos a decidirem sobre a prestação futura de cuidados de saúde, em caso de incapacidade de exprimirem a sua vontade, e cria o Registo Nacional de Testamento Vital" (RENTEV), cuja Relatora é a Deputada Teresa Fernandes.

A Deputada Teresa Fernandes sublinhou que anexa ao Parecer um quadro comparativo com os PJI n.ºs. 413, 414 e 788, este último da anterior Legislatura, e o parecer do CNECV sobre o PJI n.º 788 e referiu-se à pressa com que foi feito o agendamento destas iniciativas em Plenário.

A Deputada enunciou os considerandos e o objecto dos diplomas, deu conta da sua opinião, considerando que as matérias em causa se revestem da mais alta importância civilizacional, e concluiu que os Projectos de Lei em causa reúnem os requisitos constitucionais e regimentais para serem discutidos em Plenário.

O Deputado João Semedo, autor de uma das iniciativas, cumprimentou a Relatora pelo Parecer. Considerou necessário discutir esta matéria, que é complexa, mas sobre a qual é preciso fazer um grande debate, dentro e fora da AR.

A Deputada Sónia Fertuzinhos tem consciência de que a matéria não é consensual, mas o PS não se revê na opinião da relatora. Frisou que não houve pressa no agendamento das iniciativas e na reunião da conferência de líderes não houve oposição ao seu agendamento por parte de qualquer GP. Congratulou-se pelo facto de o PSD e o CDS/PP terem apresentado iniciativas sobre a matéria em questão.

O Deputado Serpa Oliva salientou que algumas das questões da relatora extravasam o âmbito do Parecer e está ciente de que no debate na especialidade se irão burilar todos os aspectos.

A Deputada Clara Carneiro considerou importante haver diversas propostas, porque são fomentadoras da discussão. Sugeriu que se pedisse um Parecer ao Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida e se enviassem as iniciativas para a 1ª Comissão.

O Presidente colocou os considerandos e as conclusões do Parecer sobre os PJI n.ºs 413 e 414/XI/2ª à votação, tendo sido aprovados por unanimidade, e informando que vai pedir o parecer ao CNECV.

A apresentação e votação do Parecer relativo ao PJI n.º. 344/XI/1ª. (CDS/PP), sobre o Regime de Participações do Neocate LCP, cuja Relatora é a Deputada Helena Rebelo, foi adiado para a próxima reunião.

Audiência com a Associação Nacional de Farmácias (ANF)

(Audiência integralmente gravada)

O Presidente deu a palavra ao Dr. João Cordeiro, Presidente da ANF, que se fez acompanhar pelos membros da direcção.

O Presidente da ANF agradeceu a prontidão no agendamento da audiência e entregou uma pasta com dados estatísticos sobre a evolução do mercado de medicamentos em Portugal e a evolução da despesa, que passou a apresentar.

O Dr. João Cordeiro propôs a extinção do INFARMED, porque a sua estrutura é muito pesada e porque existe a Agência Europeia do Medicamento.

Seguiu-se o debate, com a intervenção dos Deputados Clara Carneiro, Maria Antónia Almeida Santos e João Semedo, que comentaram a apresentação e colocaram questões que foram respondidas pelo Dr. João Cordeiro.

Audição com a União das Misericórdias Portuguesas (UMP)

(Audição integralmente gravada)

O Presidente informou que a presente audição foi requerida pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP e de seguida deu-lhe a palavra para fazer o enquadramento do requerimento, em que solicita a audição da UMP, sobre a falta de "*celebração de protocolos com os 14 Hospitais das Misericórdias Portuguesas que têm capacidades instaladas para contribuir para a redução das listas de espera em cirurgia*".

O Deputado Pedro Mota Soares abordou a questão do protocolo assinado entre a UMP e o Ministério da Saúde, em Maio passado, para a realização de cirurgias e que ainda não foi concretizado. Colocou algumas questões, designadamente quantas cirurgias já se poderiam ter realizado desde a assinatura do protocolo, qual a taxa de utilização dos hospitais das Misericórdias, quais as especialidades contempladas e a que preço e qual a vantagem financeira que poderá advir para o Estado.

A Deputada Rosário Águas deu conta da preocupação do PSD sobre a falta de acesso dos portugueses à saúde, sobre a falta de utilização da capacidade instalada e o desequilíbrio na utilização das instalações.

A Deputada Luísa Salgueiro não entende a necessidade desta audição, dado estarem a decorrer negociações, e perguntou qual a data prevista para a sua conclusão.

O Deputado João Semedo é de opinião que o papel do sector social é o mesmo de qualquer instituição privada e o Estado deve contratualizar com quem tiver melhores condições para o fazer. Perguntou se é verdade existirem Misericórdias que cobram uma taxa adicional pela prestação do serviço, para além do protocolado.

O Dr. Manuel Lemos respondeu às questões colocadas. Deu conta do seu entendimento no que se refere às negociações que estão a decorrer com o Ministério da Saúde e que partiram do histórico dos últimos três anos de actividade das Misericórdias. O preço das consultas é que está a dificultar a finalização do acordo, porque o preço das cirurgias é o do CIGIC. Realçou que os doentes optam pelos hospitais da Misericórdia por razões de proximidade e de qualidade, daí que se o Estado limitasse menos o acesso, as pessoas procuravam mais as Misericórdias.

O Presidente agradeceu a vinda da UMP à Comissão e os esclarecimentos prestados.

A reunião foi encerrada às 13:20 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 08 Outubro 2010.

O PRESIDENTE

(COUTO DOS SANTOS)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Antonieta Guerreiro
Clara Carneiro
Conceição Casa Nova
Couto dos Santos
Defensor Moura
Fernando Jesus
Isabel Galriça Neto
João Semedo
Luísa Salgueiro
Maria Antónia de Almeida Santos
Maria das Mercês Borges
Maria Helena Rebelo
Maria Luísa Santos
Rosário Águas
Rui Prudêncio
Teresa Fernandes
Jorge Manuel Gonçalves
Sónia Fertuzinhos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carla Barros
Maria José Nogueira Pinto
Ricardo Gonçalves
Teresa Caeiro